

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL (CIM) DO CÁVADO

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA DO ACORDO DE PARCERIA 2030

A. SOBRE A EXPERIÊNCIA E PRÁTICA DA CIM CÁVADO

1. A experiência da CIM Cávado em matéria de desenvolvimento territorial integrado tem-se diferenciado pela sua capacidade de combinar políticas de competitividade e de coesão territorial num território que, através da aglomeração urbana em consolidação em torno da Cidade de Braga, é o coração de um sistema regional de inovação (Cávado-Ave) fortemente industrializado e internacionalizado, sem deixar por isso de pugnar e promover o desenvolvimento dos restantes territórios.
2. De facto, o município e a aglomeração urbana de Braga (um dos raros territórios na região Norte com crescimento da população residente positivo segundo dados preliminares do Censo 2021) cooperam ativamente no quadro da CIM com (i) os projetos de valorização residencial e ambiental e de atração de novas atividades e serviços em Esposende, bem como a atração ao município de atividades de investigação e transferência de conhecimento relacionados com o Mar, tais como o Centro de Divulgação Científica de Atividades Marinhas (U.Minho, ICNF, CME) e o Instituto Multidisciplinar da Ciência e Tecnologia Marinha (U.Minho, CME); (ii) a consolidação do padrão industrial de Barcelos e da oferta de serviços à sua qualificação e competitividade, (iii) a organização dos territórios de Amares e Vila Verde contíguos à conurbação de Braga para partilhar dessa dinâmica e a criação de condições de atração de nova função residencial e (iv) a promoção de condições para que Terras de Bouro e os territórios mais interiores de Amares e Vila Verde possam atrair investimento e fixar população.
3. A experiência da CIM Cávado reproduz assim problemas típicos de coesão territorial sem deixar de reforçar os níveis de inovação e competitividade que são comuns a inúmeros territórios em Portugal continental, sendo as suas boas práticas replicáveis para outras zonas do país.
4. O processo de revisão da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para o período 2021-2027, recentemente completado, foi organizado segundo um lema importante: como colocar a dinâmica do sistema de inovação centrado na aglomeração de Braga e nas principais instituições universitárias e de investigação aí localizadas (Universidade do Minho, Instituto Politécnico do Cávado, International Iberian Nanotechnology Laboratory – IINL e outros centros de investigação/inovação) ao serviço de todo o território do Cávado.
5. No processo de participação pública que foi possível em condições pandémicas organizar em torno da referida revisão da EIDT, foi possível confirmar a existência de vários projetos que consubstanciam esse propósito.

6. Foi também possível confirmar que esse propósito de fazer chegar a dinâmica do sistema de inovação a outros territórios que não aqueles em que se situam os seus principais ativos é indissociável da capacitação dos territórios menos desenvolvidos para conseguirem absorver essa dinâmica de transferência de conhecimento.
7. Além disso, tais territórios apresentam eles próprios ativos diferenciadores e registam a presença de alguns *clusters* produtivos (com destaque para o turismo, para a fileira vegetal e novas fileiras agrícolas) que podem beneficiar amplamente dessa transferência.
8. A EIDT revista para o período 2021-2027 consagra cinco eixos prioritários de intervenção:
 - EP1 – Inovação, internacionalização e competitividade;
 - EP2 – Transição energética e climática;
 - EP3 – Cultura, turismo, sistema urbano e coesão territorial;
 - EP4 – Políticas educativas, de formação e coesão social;
 - EP5 – Capacitação, governação multinível e comunicação.
9. Este conjunto de eixos prioritários acolhem e enquadram uma tipologia diversificada de linhas de ação, largamente validadas pelo processo de participação pública, em que se destacam:
 - Linhas de ação de caráter mais tradicional, essencialmente de natureza municipal, mas que se se continuam a revelar fundamentais e estruturantes (infraestruturação básica) com destaque, a título exemplificativo, para: i) o ciclo urbano da água, no âmbito do qual é necessário assegurar aos territórios de baixa densidade igualdade de oportunidades em termos de abastecimento de água e saneamento; ii) equipamentos que contribuam para a melhoria das condições de atração de residentes e de fixação de população jovem qualificada; iii) acessibilidades - a implementação da Variante do Cávado e da variante ferroviária a Vila Verde conforme referido em diversos documentos anteriores; iv) património cultural que reforce a diferenciação do território e; v) serviços de proximidade, numa lógica de discriminação positiva dos territórios de baixa densidade;
 - Tipologias de projeto de caráter mais inovador, de natureza municipal ou sub-regional, relacionados com as temáticas do empreendedorismo de base empresarial, das qualificações e competências, da economia circular e do combate às alterações climáticas, da cultura para todos e da transição digital;
 - Linhas de ação mais relacionadas com a resiliência dos territórios, de infraestruturação básica dos territórios deprimidos, do combate à desertificação ou reversão demográfica.
10. Em coerência com as linhas de orientação que presidiram à revisão da EIDT 2021-2027, a CIM Cávado apresentou contributos no âmbito da apreciação pública do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), sempre tendo presente a convicção de que o território NUTS III Cávado e o modelo de governação territorial que a CIM tem promovido constituem espaços pertinentes para territorializar e integrar políticas públicas com ambição estruturante como a do PRR.

11. Nesse contributo, a CIM Cávado assinalou a necessidade do território do Cávado merecer atenção e recursos do PRR nas seguintes áreas:

- Componente 3 - Respostas sociais, tendo em conta a dualidade de problemas associados ao rejuvenescimento demográfico e ao envelhecimento que nele se cruzam em articulação com as dinâmicas de coordenação de investimentos municipais que a CIM tem vindo a promover;
- Componente 4 – Replicar para o território do Cávado a eliminação das bolsas de pobreza em áreas metropolitanas, dada a emergente conurbação de Braga que partilha tipologias de problemas com as áreas metropolitanas;
- Componente 6 - Qualificações e competências em que a CIM emerge como um espaço de coordenação político-estratégica em todos os níveis de qualificação do sistema de educação e formação profissional, com espaços concebidos e preparados para em articulação com as empresas líder na sub-região sinalizar necessidades e novas tendências de procura de qualificações e competências;
- Componente 7 – Infraestruturas em que foram elencados alguns projetos estruturantes que procuram responder simultaneamente a necessidades de fluidez de circulação no coração do sistema de inovação e desencravamento dos territórios menos desenvolvidos, dotando-os de melhores condições de igualdade de oportunidades para a atração e fixação de novos residentes;
- Componente 10 – Mobilidade sustentável com a apresentação do projeto do Bus Rapid Transit Braga;
- Componente 13 – Eficiência energética em edifícios com propostas para vários edifícios da administração local;
- Componente 15 – Escola Digital em que o Cávado apresentou um vasto projeto de capacitação para a transformação digital das escolas;
- Componente 17 – Qualidade e sustentabilidade das Finanças Públicas, em que se propõe atenção aos sistemas de compras das entidades intermunicipais e a processos de digitalização de contratação pública eletrónica;
- Componente 18 – Justiça Económica e Ambiente de Negócios em que se propõe a extensão e capacitação dos Julgados de Paz a cargo da CIM;
- Componente 19 – Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança em que foram propostos vários projetos de extensão da transformação digital aos municípios e CIM.

12. Em resumo, nos seus diferentes contributos para a qualificação do sistema de planeamento, a CIM Cávado tem demonstrado que se quer afirmar como um espaço de racionalidade de políticas e investimentos públicos, territorializando-os em função do modelo de competitividade e coesão que pretende promover no território da NUTS III, em estreita

articulação com as políticas de desenvolvimento municipal e sinalizando aos operadores privados a vantagem de se integrarem nessa estratégia territorial integrada.

13. É nessa perspetiva que se analisa também criticamente o Acordo de Parceria 2030.

B. SOBRE O ACORDO DE PARCERIA 2030

14. O Acordo de Parceria 2030 que se encontra em consulta pública permite confirmar que a dimensão financeira programada para o período plurianual do Portugal 2030 (cerca de 22.995 milhões de €), juntamente com as dotações do PRR, da PAC e do REACT concedem a Portugal uma margem de manobra de recursos financeiros (cerca de 51.547 milhões de €) que muito dificilmente se repetirá no horizonte do planeamento de médio-longo prazo em Portugal.
15. Nestas condições, entende-se que a resposta simultânea aos problemas estruturais de competitividade que o país ainda enfrenta e a promoção de níveis mais robustos de coesão territorial, com níveis de desigualdade política e socialmente mais aceitáveis e toleráveis no plano territorial e pessoal, é um desafio incontornável que esta geração do planeamento português não pode falhar.
16. Para isso, é necessário que o Portugal 2030 e a sua articulação coerente com os restantes fundos reflita tanto quanto possível as diferentes necessidades e potencialidades dos territórios.
17. Uma eficaz territorialização da programação plurianual exige o encontro e combinação da lógica descendente dessa programação com estratégias ascendentes geradas a partir desses mesmos territórios.
18. É sob essa orientação que a CIM Cávado olha para o Acordo de Parceria, no sentido de melhorar e operacionalizar esse encontro entre essas duas dinâmicas de programação.
19. A revisão da EIDT Cávado 2021-2027 teve já em devida conta as agendas europeias e nacionais que surgem agora confirmadas na versão em consulta pública do Acordo de Parceria 2030, não deixando de se saudar que a Agenda da Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos assuma a particularidade de a ela ser dedicado um Programa Operacional específico (Ação Climática e Sustentabilidade) cuja territorialização interesse fortemente ao Cávado, dado o seu posicionamento na matéria.
20. Dos princípios consagrados no documento como informadores da programação, a CIM Cávado destaca, sem menosprezar os restantes, os da simplificação (que continua a suscitar dos *stakeholders* regionais uma ampla exigência de satisfação), da orientação para resultados a que a CIM pretende aderir com a contratualização, da abertura à inovação, com destaque para o compromisso CIM de contribuir ativa e conscientemente para a concretização de abordagens territoriais inovadoras e da subsidiariedade em que a CIM visa ser uma boa prática a replicar.

21. Não estando em causa os restantes princípios da programação, relativamente aos quais a CIM se sente confortável, estes princípios que foram destacados permitem à CIM e ao território do Cávado contribuírem proactivamente para a sua consagração na dinâmica concreta de implementação da programação.
22. Mas é necessário que tais princípios não se limitem a ser princípios abstratos, mas que tenham consequência no modo como essa programação se concretiza no terreno.
23. Para além da referência ao objetivo da transição climática e da sustentabilidade a que é dedicado um PO temático próprio e da inovação e transição digital também com PO temático, fulcral para a valorização do sistema de inovação do Cávado e dos principais *clusters* produtivos de que se alimenta a sua forte industrialização, chama-se a atenção para a relevância que irá assumir o gigantesco PO temático **Demografia, Qualificações e Inclusão**, cuja territorialização nas regiões de convergência em que o Cávado se integra assumirá uma importância crucial.
24. Seria muito importante que a gestão desse vastíssimo PO que agrega os atuais PO Capital Humano e PO ISE e também o PO relativo ao Mar (com destaque para a ansiada construção da Barra do Cávado) seja feita o mais possível em articulação com os PO Regionais (neste caso o PO Norte) e as EIDT (como a do Cávado), dada a relevância que nesta última as questões da demografia, das qualificações e da inclusão social apresentam.
25. Os territórios NUTS III e a governação das CIM são espaços pertinentes para PO temático e PO Regional acertarem a coerência com que se projetam no território e a EIDT Cávado 2021-2027 está preparada para ser um bom anfitrião da procura dessa coerência.
26. O Instrumento Territorial Integrado (ITI) CIM apresenta como seria de esperar no objetivo Portugal Mais Próximo uma grande relevância, acrescida do facto dos ITI CIM concorrerem também para a concentração temática de recursos do Desenvolvimento Urbano Sustentável.
27. Os exemplos de medidas de política que os ITI podem acolher não oferecem reservas à CIM Cávado, pois o fundamental será assegurar que esses ITI possam ser contratualizados com a flexibilidade e agilidade necessárias, ou seja não como um fato concebido à partida e antes como um fato à medida das ambições plasmadas na EIDT revista e no Plano de Ação que a ira corporizar em termos de investimentos.
28. É sobretudo decisivo que as medidas de política relacionadas com o apoio à criação de emprego e empreendedorismo, vulgo +CO3SO emprego e/ou Si2E e PAPN, sem prejuízo como é óbvio do princípio da segregação de funções entre animação de projetos e avaliação do mérito dos mesmos, seja gerida com ampla flexibilidade ao nível das NUTS III e em parceria com os diversos atores no território.
29. No âmbito dos instrumentos de contratualização obrigatória considerados na versão para consulta pública do Acordo de Parceria 2030, conta-se também os Contratos para os Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais (ITI Centros Urbanos).

30. Dada a relevância que a questão do sistema urbano apresenta no quadro estratégico da EIDT Cávado 2021-2027, trata-se de matéria sobre a qual será necessário um modelo de governação que privilegie a sua articulação com o ITI CIM, não só para evitar sobreposição de abordagens e redundância de projetos, mas também para assegurar a convergência estratégica de opções e projetos estruturantes.
31. O Acordo de Parceria considera ainda três outros instrumentos de contratualização possíveis, de utilização não obrigatória, sobre os quais a CIM Cávado se reserva a ação de desenvolver iniciativas de discussão com *stakeholders* regionais tendentes a avaliar as condições de implementação de tais instrumentos.
32. É o caso de (i) Abordagens temáticas ou funcionais – intervenções baseadas numa estratégia comum focada num tema/território definidos, abordagem que poderá ter algum sentido de aplicação na qualificação e ordenamento da conurbação em formação com epicentro na aglomeração urbana de Braga; (ii) a valorização de recursos endógenos no âmbito da qual pode ser reavaliado o PROVERE MINHO IN, adaptando-o aos novos cenários antecipáveis de procura turística; (iii) as Parcerias para a Coesão que podem ser entendidas como uma oportunidade para contratualizar as ideias propostas na EIDT revista de consórcios entre as áreas mais desenvolvidas do Cávado (onde pontificam os principais ativos do sistema de inovação do Cávado) e os territórios de baixa densidade - cujo mapa necessita de uma alteração neste território, que considere a totalidade das freguesias do Município de Amares -, devidamente acompanhadas da inovação institucional de capacitar estes últimos territórios para uma eficaz absorção da transferência de conhecimento e da mobilização plena do potencial de cooperação dessas parcerias. Este último instrumento pode ainda servir de enquadramento a uma mais consistente relação entre a ação a promover no âmbito da implementação da EIDT Cávado e as estratégias das ADL a operar no território.
33. A CIM Cávado considera ainda relevante na formulação do Acordo de Parceria 2030 a chamada que é feita à necessidade e vantagens de uma abordagem integrada aos desafios de um dado território, com cujos princípios estamos de acordo, mas que importa assegurar que para as quais sejam criadas as adequadas condições de governação aos ITI CIM para que as NUTS III possam emergir como territórios pertinentes de integração de políticas.
34. A EIDT Cávado está concebida nesse sentido de integração, impondo por isso que o PO Regional Norte e os PO temáticos nacionais tenham em conta este espaço de convergência.
35. Uma palavra deve ainda ser escrita quanto ao PO MAR, atendendo à área de costa do Cávado e à sua vulnerabilidade, bem com o a necessidade de preservar e valorizar atividades locais que continuam a ter no recurso Mar a sua principal fonte de alimentação.
36. Também nesse PO temático as condições em que a sua territorialização for concretizada interessa assegurar que se ajustam à natureza dos problemas e desafios suscitados por essa faixa do território intermunicipal.

37. Uma palavra final para referir com apreço a notoriedade que apresentam no documento em consulta pública os processos de capacitação para uma boa gestão dos FEEI, sendo necessário garantir que essas opções e apoios são aplicados com equidade no território e tendo em conta as necessidades de capacitação de cada território que derivam entre outros aspetos de debilidades do próprio tecido institucional local e da própria ambição estratégica assumida pela EIDT revista.

C. PROPOSTAS E SÍNTESE DA POSIÇÃO DA CIM CÁVADO

38. Dada a tipologia de desafios colocados à economia portuguesa e ao território nacional e a premência temporal para a sua superação atempada, a CIM Cávado analisa criticamente o Acordo de Parceria 2030 à luz da imperiosa necessidade de assegurar a melhor concretização estratégica possível da programação plurianual do Portugal 2030 em estreita articulação com as restantes fontes de Fundos Europeus, com destaque para a implementação do PRR e uma mais legível territorialização das verbas da PC do que aquela que tem sido possível alcançar nos últimos períodos de programação.
39. A mobilização das EIDT revistas pelas CIM, como a que foi realizada no território do Cávado com uma participação pública que conseguiu suplantar os constrangimentos do período pandémico, constitui no entender da CIM do Cávado um espaço pertinente para a territorialização concertada de estratégias locais, intermunicipais e intervenção de PO Regional Norte e PO temáticos nacionais.
40. A EIDT existe está preparada para exercer essa função e a CIM Cávado está ainda disponível para em colaboração com outras CIM cooperar estrategicamente em algumas temáticas que transcendem o território da NUTS III, com o é o caso, por exemplo, da valorização do sistema de inovação Cávado-Ave e da valorização económica de territórios de baixa densidade, atração de recursos, talentos, residentes e investimento a esses territórios.
41. Para que tal seja possível, a CIM Cávado entende que é necessário retirar ensinamentos da má prática de conceção dos processos de contratualização do PT 2020 como um fato de tipo único e adotar, pelo contrário, modelos de contratualização ajustados às prioridades definidas nas EIDT revistas, mais ágeis e flexíveis, que com as ações de capacitação e de reforço técnico e humano entendidas como necessárias transformem as CIM num agente capaz de territorialização de políticas e um espaço territorial e institucional pertinente para o fazer.
42. Propõe-se assim que a base de concertação/negociação para a contratualização sejam as EIDT devidamente validadas pelas CCDR e que seja abandonada a também má prática de utilização dos ITI CIM como espaço de acolhimento de instrumentos de política geridos por ministérios ou institutos setoriais, sobre os quais se revelou penoso obter informação pertinente da sua utilização e que sobrecarregou sem contrapartida positiva os serviços técnicos das CIM,

- penalizando a função de acompanhamento, animação e coordenação de projetos que deveriam exercer junto do território.
43. A utilização do território do Cávado e de eventuais cooperações com territórios de contiguidade e similitude de algumas problemáticas como espaço de convergência e coordenação de políticas deve ser estendido a outros instrumentos de contratualização que não os ITI CIM, como o são por exemplo os ITI Centros Urbanos ou os instrumentos não obrigatórios como a renovação dos PROVERE e as parcerias para a coesão.
 44. Para proporcionar condições favoráveis a esses objetivos de convergência de diferentes instrumentos e abordagens, ao serviço da implementação do princípio do desenvolvimento territorial integrado na resposta aos desafios de cada território identificados e validados por cada EIDT, é necessário que : AD&C, CCDD Norte e Autoridades de Gestão dos PO temáticos nacionais cooperem abertamente no sentido de divulgarem regularmente e de modo transparente a sua intervenção em cada território NUTS III. Essa divulgação atempada e rigorosa é essencial para que seja legível a aplicação de FEEI em cada NUTS III, se perceba como evolui a dimensão estratégica das intervenções e a CIM Cávado possa monitorizar o modo como a sua própria estratégia de intervenção se vai compatibilizando com ao modo como os *stakeholders* regionais são apoiados pelo Portugal 2030 nas suas diferentes manifestações e pelo PRR.
 45. Também no sentido de contrariar más práticas dos períodos de programação anteriores, a aplicação do Plano de Desenvolvimento Rural e de outros instrumentos de política da PAC nos territórios deve dar origem a uma divulgação mais atempada e minuciosa da sua aplicação, de modo a que seja conceber estratégias de mobilização coerente de fundos e sobretudo a criação de sinergias, informando devidamente *stakeholders* locais quanto ao potencial de mobilização articulada e integrada de instrumentos provenientes de fundos diferentes.
 46. Os novos PO temáticos nacionais “Demografia, qualificações e inclusão social” que agregará a ação dos atuais PO Capital Humano e PO ISE e o PO “Ação Climática e Sustentabilidade” que concentrará do ponto de vista nacional a resposta ao objetivo Europa + Verde revestir-se-ão de importância estratégica para o território não só pelo envelope financeiro que representam, mas também pela convergência que resultará da sua implementação com as prioridades da EIDT revista do Cávado.
 47. Assim, será particularmente sensível a delimitação entre áreas de intervenção do PO temático e do PO Regional Norte, bem como dos domínios que poderão integrar o instrumento de contratualização. No caso das qualificações e da inclusão deverão ser tidos em conta os resultados de reprogramações de PO temáticos e de PO Regionais no atual período de programação que implicaram alterações de regras de delimitação inicialmente previstas no Acordo de Parceria 2020.

48. Em matéria de qualificações e tendo em conta a dimensão das transformações em matéria de competências que a transformação digital vai implicar, será fundamental assegurar que a programação plurianual do PT 2030 e os seus PO que se ocuparão dessa matéria incorporem sinais e evidências dessas necessidades de novas competências, fazendo-o através da mobilização de recursos de participação setorial a nível nacional, combinados com abordagens mais territorializadas de âmbito regional (que cabe às CCDR dinamizar) e de âmbito sub-regional que as CIM estão em boas condições de organizar a partir da sua bem-sucedida experiência no âmbito da concertação e racionalização da oferta de cursos profissionais.
49. Em suma, como espaços de governação em que dada a composição dos territórios é necessário encontrar equilíbrios operativos entre a promoção da inovação e da competitividade na economia global e a promoção da coesão territorial, como exemplo desses espaços a CIM Cávado encara o Portugal 2030 e a sua articulação com o PRR e restantes instrumentos FEEI como uma oportunidade de aprofundar essa capacidade e assim contribuir para uma implementação fluida de fundos europeus e que maximize a sua dimensão estratégica.
50. Para que tal seja possível, a governação do PT 2030 e da multiplicidade dos seus instrumentos terão de criar condições para que tal seja possível, com os recursos adequados e com a agilidade de processos administrativos suscetíveis de retribuir a iniciativa e não a de a constranger.

Braga, 29.11.2021